

# Análise do discurso: controvérsias e perspectivas<sup>1</sup>

PATRICK CHARAUDEAU

## *1. Introdução*

Fazer uma conferência inaugural é uma tarefa sempre delicada, pois isso implica em apresentar o tema do colóquio. Ora, aqui, o tema, «Controvérsias e perspectivas em análise do discurso», exige que seja feito um balanço da situação passada e presente dessa disciplina.

Quem pode, contudo, ter a pretensão (ou a distância necessária) de poder fazer o balanço de uma disciplina que não tem mais que quarenta anos? E como fazê-lo diante de seus próprios colegas, pois vocês sabem - em todo caso é o que eu defendo em minha teorização - que o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é dirigido. Não é o mesmo fazer esta apresentação se dirigindo aos estudantes que se iniciam em análise do discurso, ou a colegas e pesquisadores que vocês são.

Porém, quem não arrisca, não petisca. Um pouco de audácia é sempre necessário e mesmo no domínio científico, onde corre-se o risco de ser criticado por seus pares, deve-se tentar a aventura. Eu vou, pois, propor a vocês uma reflexão pessoal sobre a forma como eu vejo atualmente a situação da análise do discurso e os problemas que ela evoca. Não me limitarei, para isso, a minha própria teorização e, não obstante, assumo a subjetividade do ponto de vista que irei desenvolver, sentindo-me incapaz de objetivar esse campo.

Não pretendo expor aqui a história da constituição da disciplina nem tampouco fazer um percurso pelas diferentes teorias existentes sobre o assunto. De um lado porque fazê-lo exigiria mais do que uma conferência e, por outro lado, porque é difícil estar ao mesmo tempo dentro e fora de uma teoria mesmo quando a conhecemos bem e, finalmente, porque os representantes de algumas dessas teorias, estando aqui presentes, irão certamente expô-las com mais precisão do que eu.

A reflexão que eu vou desenvolver é de ordem epistemológica. Ela consiste, em primeiro lugar, em problematizar esse campo do estudo do discurso (vejam que eu não falo de análise do discurso) com o auxílio de algumas noções centrais dessa problemática que, para mim, diferenciam uma «lingüística da língua» de uma «lingüística do discurso» : trata-se, em particular, das noções de *objeto*, de *sujeito* et de *corpus*, três noções básicas que são aliás interligadas. É em torno dessas categorias que eu buscarei, em um segundo momento, mostrar como se situam as diferentes teorias do discurso, quais são os problemas que elas levantam e como, finalmente, se esboçam algumas perspectivas.

Antes de tudo , gostaria de lembrar dois pontos, sem me prolongar neles, pois isto já foi amplamente discutido :

- o primeiro ponto refere-se ao uso polissêmico do termo discurso. Fala-se, sem que estejamos seguros de que se trata do mesmo sentido, de : discurso político, científico, religioso ; discurso administrativo, jornalístico, publicitário ; discurso didático, informativo, demonstrativo ; discurso populista, demagógico, terrorista ; discurso polêmico, humorístico, irônico ; discurso narrativo, descritivo, argumentativo ; e ainda, com uma extensão maior, de discurso de autoridade/ submissão, de discurso de fechamento, de exclusão, etc.
- o segundo ponto que merece ser recordado diz respeito às diferentes definições de discurso que foram propostas por vários lingüistas, semióticos ou filósofos. Maingueneau (1976) repertoriou seis (além de outras que ele não enumerou em 1976)<sup>2</sup> , entre as quais eu mencionarei as seguintes : a de Benveniste, que opõe «Discurso a História» ; a de Harris, que designa pelo termo discurso uma nova unidade dita «transfrástica» ; a de Ducrot, que relaciona esta noção a seu «componente retórico» e a uma situação de enunciação particular ; a da escola denominada francesa, que opõe discurso a enunciado e relaciona a noção de discurso às «condições de produção» de um texto ; sem contar Foucault, Kristeva e Derrida, que fazem do termo discurso um uso que Maingueneau qualifica de «paralingüístico», na medida em que ele se junta a uma reflexão que integra várias disciplinas como a História, a Filosofia, a Semiologia e mesmo a Psicanálise.

A esse primeiro inventário de definições seria preciso acrescentar ainda :

- a da pragmática anglo-saxônica que, sem dizê-lo explicitamente, associa o discurso aos efeitos ilocutórios e perlocutórios da linguagem ;

- a sociolinguística e a etnometodologia norte-americana, de diferentes maneiras e sem construir teorias do discurso, se encontram também no centro de uma problemática discursiva, já que elas se interrogam sobre a relação entre o ato de linguagem e suas condições externas (sociológicas, psicossociológicas, antropológicas) de realização.

Enfim, sem pretender ser exaustivo, seria importante mencionar ainda algumas correntes das ciências cognitivas que se interessam pelo discurso, seja através do léxico (distinguindo «saber prototípico» e «saber enciclopédico») <sup>3</sup>, seja através da produção textual (processos de *mise en discours* a partir de «roteiros, esquemas e *scripts*») <sup>4</sup>, essa última corrente tendo reativado os estudos sobre a «coerência e a coesão textual» <sup>5</sup>.

## 2. Reflexão epistemológica

Vejam, pois, a reflexão epistemológica que podemos obter a partir de uma tal diversidade conceitual da noção de discurso sem nos posicionarmos a favor de uma ou outra dessas abordagens.

### Sentido da língua/ sentido do discurso

Se nos interessamos pelo ponto de vista de quem recebe as mensagens e que é, por conseguinte, levado a compreender e interpretar os enunciados que as compõem, três coisas, correlativas entre si, me parecem centrais no estabelecimento da diferença entre sentido lingüístico e sentido discursivo.

A primeira é que o receptor busca nos enunciados produzidos não tanto o sentido das palavras ou o resultado da simples combinação entre elas, mas o seu sentido comunicativo e social. Para fazê-lo, e considerando que ele próprio se encontra em uma situação de troca social particular, ele precisa estabelecer uma relação entre os enunciados e os dados da situação onde se desenvolve a interação. Em outras palavras, os vocábulos, assim como os enunciados

produzidos, não significam em si mesmos, pois eles só se tornam interpretáveis quando são relacionados a um «*ailleurs*» «mais ou menos sobredeterminante, espaço de um «condicionamento» do ato de linguagem.

Evidentemente, esse espaço de condicionamento pode ser diverso. Digamos, sem entrar no mérito das diferentes posições existentes sobre o assunto, que esse «*ailleurs*», pode se referir, como diz Widdowson (1992), às «circunstâncias de uso»<sup>6</sup> ou aos «modos de prática social (...) no interior dos quais as instituições estabelecem as ideologias para o controle das idéias»<sup>7</sup>. Seja como for, o objetivo do interpretante não é tanto o sentido das palavras, mas a significação social que resulta de seu emprego, assim como da relação deste com algo que lhe é exterior e que, de algum modo, sobredetermina essa relação.

A segunda coisa que distingue o sentido lingüístico do sentido discursivo é que, por consequência do que foi dito acima, é exigido um novo tipo de competência tanto para quem produz um ato de linguagem (aqui, num sentido amplo) como para quem o interpreta. Quando utilizamos os termos de «competência comunicativa», «competência situacional», «competência pragmática» ou «competência dialógica» (no sentido Bakhtiniano), trata-se de assinalar o que acaba de ser dito, ou seja, que a competência de produção/interpretação ultrapassa o simples conhecimento das palavras e de suas regras de combinação e requer um saber bem mais global, que compreende outros elementos da interação social e que, não obstante, fazem parte do processo de enunciação.

Isto já foi dito várias vezes, mas aquilo sobre o qual se insistiu talvez pouco até agora é que essa nova competência enunciativa implica a existência de um sujeito da linguagem que precisa ainda ser teorizado. Todo ato de enunciação (considerado sob o ponto de vista do locutor ou do interlocutor) tem por origem um sujeito de linguagem que se encontra em uma dupla relação de *intersubjetividade* ao outro e de *subjetividade* a si. Assim, podemos dizer, como os filósofos da linguagem, que o ato de linguagem traz a marca da «intencionalidade»<sup>8</sup>. Evidentemente, a concepção do sujeito irá variar de acordo com a abordagem teórica, como veremos mais tarde. Todavia, se o sentido lingüístico pode se abster de uma teoria do sujeito ao se referir ao mundo de maneira transparente (sustentado,

nesse caso, por um «locutor-ouvinte-ideal»<sup>9</sup>), o sentido discursivo caracteriza-se por sua opacidade face ao mundo, já que ele se refere ao próprio processo de enunciação e a um sujeito que se define em relações múltiplas de intersubjetividade.

O terceiro ponto que caracteriza o sentido do discurso, opondo-o ao sentido lingüístico, resulta dessa relação de opacidade que se instaura entre a linguagem e o mundo. O sentido lingüístico, como acabamos de dizer, constrói uma visão decerto simbolizada (não há linguagem sem processo de simbolização referencial), mas essencialmente referencial do mundo. Ela pode, pois, operar com um signo lingüístico capaz de associar o significante a um significado pleno nas suas relações sintagmáticas e paradigmáticas. O sentido discursivo, ao contrário, não pode mais operar com este tipo de unidade. Certamente, o signo remete a algum significado, mas este não pode ser visto a partir de um valor absoluto, pleno e autônomo. Ele atua no discurso apenas como uma proposição de sentido, como um sentido potencial cuja articulação com outros signos e com esse «*ailleurs*» de que falamos contribui para construir o sentido discursivo.

De imediato, não podemos mais considerar que há bi-univocidade sistêmica entre o plano da forma e o plano do conteúdo. O plano da forma é constituído por um conjunto de marcas que atuam como sintomas do sentido e que, ao mesmo tempo, são traços de múltiplos sentidos possíveis. Entre esses dois planos, como observou Roland Barthes, não há senão relações de «difração»<sup>10</sup>.

Assim, somos levados a recorrer a novos conceitos capazes de avaliar mais claramente a diferença entre sentido lingüístico e sentido discursivo: a distinção entre «explícito» e «implícito» na linguagem (com seus pressupostos, subentendidos e *topoi*), «sentido literal» e «sentido indireto» (como na teoria dos atos de fala), entre «compreensão» do sentido lingüístico e «interpretação» do sentido discursivo, entre «tematização» do ato enunciativo e «problematização» do ato discursivo, distinções estas que indicam que o sentido discursivo se constrói como a resultante de duas forças: uma centrífuga, que remete às condições extralingüísticas da enunciação, e uma outra, centrípeta, que organiza o sentido em uma sistematicidade intralingüística.

Essas diferenças marcadas entre o sentido da língua e o sentido do discurso mostram que as condições de pertinência de uma lingüística

do discurso são radicalmente diferentes das condições de uma lingüística da língua. Uma lingüística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela se constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o *mundo* como real construído, a *linguagem* como forma-sentido em difração, e um *sujeito* (je/tu) intersubjetivo em situação de interação social.

### As diferentes problemáticas da AD

Após avaliarmos o campo do discurso em oposição ao campo da língua, é preciso admitir que há várias maneiras de analisar o discurso. De fato, diferentes teorizações se desenvolveram, a partir dos anos 50, muitas delas possuindo pouca coisa em comum, salvo as características gerais evocadas acima.

Como ressaltai no início desta conferência, há várias formas de se proceder a classificações, e cada classificação revela um ponto de vista, critérios e opções daquele que classifica. Toda tipologia é, por assim dizer, subjetiva. Michel Pêcheux (1990) havia proposto, em sua época, três correntes de estudo da linguagem<sup>11</sup> para fazer em seguida a crítica das mesmas e a fim de demonstrar a especificidade de sua própria abordagem.

A minha classificação será diferente, pois ela possui uma outra finalidade. Trata-se, no meu caso, de buscar definir problemáticas do estudo do discurso a partir de três parâmetros : o *objeto* de estudo que cada uma das problemáticas constrói, o tipo de *sujeito* do discurso que ela concebe, e o tipo de *corpus* que ela organiza.

Eu percebo três grandes problemáticas, não necessariamente correspondentes às teorias que lhe são associadas, muitas delas se servindo atualmente de mais de uma dessas problemáticas. Buscarei discutir, em um primeiro momento, o que parece definir cada uma dessas problemáticas. Em seguida, mostrarei como certas teorias se relacionam com as problemáticas em questão.

#### a) uma problemática dita cognitiva e categorizante :

- aqui, o objeto de estudo é considerado como um conjunto de mecanismos discursivos: trata-se, pois, de analisar a existência e os modos de agenciamento desses mecanismos no interior de uma produção discursiva qualquer (texto ou

enunciados aleatórios) —é o caso quando se estuda, por exemplo, os jogos de coerência e coesão em um texto, assim como certas palavras do discurso (conectores, modalidades). Trata-se, também, de descrever o modo de funcionamento desses mecanismos e, em particular, seu modo de produção - é o caso dos trabalhos de certos psico-cognitivistas da linguagem que buscam determinar percursos « *down* » ou « *up* » de realização de esquemas, *scripts* e roteiros na organização discursiva<sup>12</sup>. Em ambos os casos, obtêm-se categorias instrumentais de análise que servem para analisar ou produzir configurações discursivas.

- o sujeito correspondente a um tal objeto será chamado de sujeito cognitivo, na medida em que é considerada a sua aptidão em produzir e reconhecer operações e articulações discursivas: relações anafóricas ou catafóricas, conexões coordenadas ou subordinadas, condições de coerência como a repetição, a progressão e a não contradição ; regras de argumentação ou ainda atos de fala, etc..
- isto explica porque o *corpus* que é construído dentro de uma tal problemática não tem necessidade de ser organizado em função de uma situação de comunicação particular. Nesta perspectiva, o *corpus* pode ser chamado de *aleatório*, e ele sofre restrição apenas dos contextos lingüísticos nos quais aparecem os mecanismos em questão.

Essa problemática dá lugar a modelos que tentan pôr em correspondência a macroestrutura textual com o conteúdo sobre representação do acontecimento.

*b) uma problemática dita comunicativa e descritiva*

- aqui, o objeto de estudo é empírico, ou melhor, ele é determinado (todo objeto de estudo é o resultado de uma construção elaborada em função de um certo número de parâmetros) pela observação (mais ou menos ingênua) das manifestações do mundo fenomenal. Desse modo, nós podemos observar que os comportamentos dos indivíduos nos seus atos de interação social são mais ou menos recorrentes, o que fundamenta a hipótese de que eles estão submetidos a certas condições de realização e que obedecem a certas regras, o que nos autoriza a constitui-los em objeto

de análise. Assim, existem atos de comunicação que podemos determinar em função de um certo número de variáveis: a *identidade* dos parceiros da interação, a *finalidade* acional (*but*) da situação em que eles se encontram (para falar como E. Roulet, poderíamos dizer que trata-se de uma «praxeologia situacional»), as *circunstâncias materiais* da comunicação.

O objeto de estudo que se obtém nesse tipo de empiria se estruturaria em «tipos ideais» (no sentido durkheimiano) de comunicação a partir, e no interior, dos quais são descritas as características discursivas correspondentes a cada um deles.

Uma tal abordagem resulta, entre outras coisas, no estabelecimento de diversas tipologias ditas de discurso, de textos, de gêneros, ou de situações comunicativas<sup>13</sup>, mas pressupõe também uma teorização desses tipos ideais de comunicação.

Essa problemática pode ser chamada de descritiva, já que ela visa a descrever estes tipos ideais de situação comunicativa. Trata-se, porém, de uma descrição «construtivista», visto que a realidade comunicativa é apreendida como uma construção ao mesmo tempo histórica (ela depende do que foi construído anteriormente), e existencial (ela é operada em um dado instante por atores individuais e coletivos).

Em consequência, essa realidade social, ao mesmo tempo que ela reproduz parte do que recebe como herança, se transforma e inventa novas formas de comunicação, num movimento dialético de «internalização do exterior» e de «externalização do interior»

(Sartre - 1986)<sup>14</sup>. Aqui o sujeito se define nessa empiria de trocas comunicativas, mas ele é também construído e teorizado em função da maneira como construímos e teorizamos as trocas.

O sujeito é, pois, um sujeito de comunicação definido por sua identidade psicológica e social, por um comportamento finalizado e pelas restrições que ele sofre se ele quer se inserir na interação (nessa perspectiva, ele é um «isso»). Ele se define também por suas próprias intenções para com o outro (e nessa perspectiva, ele é um «eu»).

Diversas teorizações desse sujeito são possíveis. Seja qual for o ponto de vista adotado, o sujeito se encontra aqui em uma relação de intersubjetividade com o outro da linguagem (alteridade), ele representa vários papéis de acordo com sua posição de produtor ou

de receptor do ato de linguagem e possui uma dupla identidade : externa, de ser psicológico e social ; interna, de ser discursivo.

- o *corpus*, aqui também construído, é produto dessa visão empírica do objeto de estudo. Ele é, em geral, constituído de textos (= toda produção discursiva em situação) que são reunidos por pertencerem a um certo tipo de situação comunicativa.

Por exemplo, textos publicitários, textos jornalísticos, textos de manuais escolares, textos administrativos, textos de programas políticos, e diversos textos conversacionais (conversações telefônicas, pedidos de informação, entrevistas, bate-papos, debates, etc.).

Esse tipo de organização nos permite em seguida proceder a comparações em torno de um mesmo invariante ou tipo situacional. Comparações no tempo, por exemplo, entre os telejornais de 20 anos atrás e os telejornais atuais; comparações no espaço, por exemplo, entre a publicidade (ou a imprensa) francesa e a publicidade (ou a imprensa) brasileira.

Isso dá lugar a modelos de representação da situação empírica de trocas comunicativas em relação com modelos de organização discursiva (gêneros e tipologias).

*c) uma problemática dita representacional e interpretativa*

Eu poderia tê-la chamado de «problemática ideologizante», mas temo pelos mal-entendidos. O qualificativo « ideologizante» é tirado da palavra «ideologia» que, desde a sua criação no âmbito da filosofia do século XVIII (Destutt de Tracy, 1796), foi objeto de várias discussões, surgindo, por conseqüência, definições diferentes de acordo com o tipo de teorização adotado.

Ora, eu não pretendo entrar aqui no mérito dessa discussão para a qual precisaríamos de um colóquio específico, mas tão somente apontar uma atividade do pensamento social que ultrapassa o âmbito de uma teoria particular.

Para mim, trata-se de assinalar aqui que a realidade social é objeto de uma construção significativa através de uma atividade mental<sup>15</sup> consistindo, por si mesma, em produzir discursos de racionalização, de explicação e de justificação dessa realidade e que faz com que esta se constitua como real. Eu não vou discutir aqui a questão de

saber se esse real construído é verdadeiro ou falso ou se ele mascara ou não um outro real (Marx # Ricoeur). O que parece ser significativo aqui é que são construídos discursos de representação que revelam sistemas de valores dos quais se servem os indivíduos para julgar a realidade. De imediato, esses indivíduos podem se definir e se reconhecer como pertencendo a um grupo social em função dos discursos de representação aos quais eles aderem ou, ao contrário, em função dos discursos de representação que eles rejeitam. É construída assim uma «consciência social» do sujeito, consciência essa que não é necessariamente consciente e que o sobredetermina parcialmente.

Falar de «problemática representacional» me permite evitar mal-entendidos, mesmo admitindo que estamos aqui em uma problemática da ideologia, ressaltando-se que ela trata da questão dos sistemas de valores veiculados pelos discursos de representação. Isto implica que:

- o objeto de estudo dessa problemática é definido através de hipóteses sobre a existência de representações sócio-discursivas dominantes em um dado momento de uma sociedade (elas seriam, pois, sócio-históricas) e caracterizando um ou outro grupo social.

Elas são, portanto, interpretativas, já que é necessário possuir, *a priori*, uma hipótese sobre o que são os «posicionamentos sociais», assim como sobre a relação destes com as «práticas discursivas» e com os «tipos de sujeitos» correspondentes.

A dificuldade dessa problemática reside justamente na necessidade de construção dessas hipóteses, pois, para construí-las, apóia-se em manifestações discursivas extremamente diversas, nem sempre explícitas, mas com frequência difusas e de difícil controle, o que coloca o problema da constituição do *corpus*.

- aqui também, o sujeito constitui um problema. De um lado, situando-se no centro das práticas discursivas que constroem as representações, ele pode ser considerado como um sujeito *ativo*. Por outro lado, e considerando que essas práticas são compartilhadas pelos outros indivíduos do grupo e que elas lhe retornam sob a forma de representações dos sistemas de valores que o sobredetermina, pode-se dizer que esse sujeito é *passivo* e se dilui na consciência do grupo social.

Dai, duas posições :

- uma radical, defendida sobretudo pela dita Escola Francesa de Análise do Discurso, que não confere a esse sujeito outra existência que a de uma «ilusão» (efeito Munchausen), pois ele seria completamente sobredeterminado pelo que Pêcheux chama de «pré-construído» das «formas discursivas». O sujeito é apenas o resultado de um produto, ele não se pertence, ele é falado por um *ailleurs* que será denominado ora ideologia ( Althusser ), ora inconsciente ( Authier-Revuz ). Em ambos os casos, o sujeito não é um «eu», mas um «isso» (ideológico ou inconsciente) que fala através de um sujeito falante. Não é por acaso que os defensores dessa posição sempre operaram um paralelismo (abusivo, na minha opinião) entre ideologia e inconsciente.
- a outra posição é menos globalizante. Ela não nega o jogo da sobredeterminação do sujeito, mas no lugar de fazer dele uma ilusão, ele faz dele algo positivo. Em toda sociedade existem discursos de doxa (topoi, lugares comuns, estereótipos, saberes compartilhados) que circulam e se distribuem de maneira mais ou menos aleatória em meio aos diferentes grupos sociais. Todo sujeito é, pois, portador, de um lado (isso também revela uma diferença), de alguns desses discursos e, por outro lado, essa apropriação revela (com frequência, sem que ele se dê conta) seu posicionamento social. Podemos dizer, assim, que esse sujeito é «responsável» (entre aspas, é claro) por suas representações. É uma posição que nós qualificaremos de sociológica e que é defendida na França por alguns sociólogos que procuram analisar as representações do espaço público nas mídias (Quéré), e que caminha junto com o ponto de vista de uma sociologia construtivista tal como ela é concebida por Bourdieu.
- o *corpus* varia segundo uma ou outra das duas posições. Ele é, contudo, um problema comum às duas posições: as representações sociais perpassam os suportes, as situações e os gêneros, e devem ser reconhecidas de maneira transversal através de diferentes «suportes pretextos». Isto torna difícil a constituição do *corpus* e é por isso que, com

frequência , por razões de comodidade e de controle da análise, os *corpus* são construídos em torno de um gênero.

Na primeira posição, o *corpus* é constituído por um conjunto de textos-arquivos que são selecionados pelo seu valor emblemático de discurso dominante, com frequência ligado a uma instituição social : dicionários, enciclopédias, produções discursivas de grupos constituídos (livro de queixas, partidos políticos, sindicatos) e toda produção possuindo um valor de discurso fundador, o que Maingueneau chama de «textos constituintes» (religiosos, científicos, filosóficos, literários, jurídicos, etc.).

Na segunda posição, o *corpus* é constituído por um conjunto de signos-sintomas e que representam , de forma emblemática, sistemas de valores. Esses signos podem ser palavras («racismo», «imigração», etc.) e são objetos de estudos lexicológicos<sup>16</sup> (grupo de Saint-Cloud) , mas eles podem igualmente representar certas recorrências verbais (maneiras de falar) ou icônicas (*mises en scène* de imagens) que permitem estudar, por exemplo, as «representações da mulher» nas publicidades ou a «violência» na televisão.

Mas esse aspecto das coisas é muito complexo, pois podemos levantar a hipótese de que os gêneros e os dispositivos, em função de suas configurações, revelam igualmente valores e ideologias. Por exemplo, se comparamos a forma como a imprensa concebia sua rubricagem e seus gêneros de redação há 50 anos e agora, podemos ver que sua ideologia, no que diz respeito ao papel que ela representa no simbolismo democrático, mudou.

Essa problemática dá lugar a modelos de representação da «estrutura de opinião em relação com os traços lingüísticos dessa representação. Eu não me prolongarei nesse assunto, mas faço questão de ressaltá-lo para que os campos de pesquisa não se fechem, mas, ao contrário, se abram .

### O posicionamento das diferentes abordagens teóricas

A definição das diferentes problemáticas poderia servir de base a uma classificação dos diferentes pontos de vista teóricos em AD. Seria perfeitamente legítimo, depois de tudo, construir uma tipologia das teorias assim como se faz uma tipologia dos gêneros discursivos. Meu objetivo, contudo, não é esse.

Eu gostaria apenas de mostrar, com o auxílio de alguns exemplos, que não é simples classificar diferentes correntes em AD, o que deveria nos incitar a uma certa modéstia, quando muitas vezes se transforma uma abordagem teórica em campo de poder.

Certas correntes são mais fáceis de classificar que outras. Por exemplo, os trabalhos de Ducrot —seja os do período da pressuposição, das palavras do discurso, da argumentação na língua ou atualmente dos *topoi*— podem ser associados à problemática cognitiva e categorizante. O mesmo pode ser dito sobre os trabalhos relacionados à teoria dos atos de fala, assim como aqueles que visam a descrever os conectores e outros *embrayeurs* (Moeschler). Podem ser igualmente associados a essa mesma problemática os trabalhos sobre a gramática do texto que tratam dos problemas de coerência e de coesão textuais (Van Dijk et Kintsch, 1983; Charolles, 1978), bem como os trabalhos dos psico-cognitivistas que se interessam pelos processos de produção/compreensão dos textos (Richard, Fayol + norte-americanos).

Por exemplo, também é fácil classificar, mas de maneira diferente, os trabalhos em AD que seguem a linha de Pêcheux : podem ser associados à problemática representacional e interpretativa na medida em que esse declara que ele se situa dentro de um campo sócio-histórico «onde se constroem os sentidos, na obscuridade inevitável das ilusões do sujeito»<sup>17</sup>. Certos trabalhos de lexicometria, nos quais a situação comunicativa era secundária, podem igualmente ser associados a essa problemática.

Por outro lado, outras correntes são mais difíceis de classificar, pois elas se servem de várias problemáticas ao mesmo tempo. Por exemplo, os estudos que procuram determinar os gêneros discursivos seriam classificados como problemática cognitiva quando eles estabelecem categorias de distinções baseadas em recorrências de marcas formais (construções de frases, emprego de pronomes e de conectores), o que os aproxima das gramáticas de texto. Entretanto, quando esses estudos se interrogam sobre as correlações entre essas recorrências e as condições de produção situacionais (discurso publicitário, discurso didático, discurso de vulgarização, etc.), eles entram numa problemática comunicativa.

Por exemplo, os estudos sobre a argumentação pertencem a uma problemática categorizante quando eles focalizam a mecânica

argumentativa em si mesma, Entretanto, eles participam de uma problemática comunicativa quando buscam esclarecer as estratégias argumentativas de um tipo de sujeito em uma dada situação (Plantin, Bonnafous), bem como de uma problemática representacional, como é o caso quando eles tentam interpretar essas estratégias em termos ideológicos (o discurso populista).

Por exemplo, as análises centradas nos diversos discursos que constituem um domínio de prática social (a empresa<sup>18</sup>, a escola, os mídias) se situam plenamente dentro de uma problemática comunicativa; mas quando elas recorrem a hipóteses interpretativas de ordem sociológica, elas se filiam a uma problemática representacional (a ideologia da empresa, a ideologia da escola, a ideologia das mídias).

Quanto aos estudos ditos conversacionais, interacionistas, etnometodológicos e sociolinguísticos, eles fazem parte de uma lingüística do discurso, embora seja muito difícil classificá-los devido à diversidade das análises que vão das mais mecanicistas às mais interpretativas. Eles obedecem à linha cognitiva quando buscam categorizar os turnos de fala, os tipos de intervenção ou os rituais languageiros; eles se inserem em uma problemática comunicativa quando descrevem as características das trocas interlocutórias em função dos dados da situação de comunicação<sup>19</sup>; eles podem igualmente se servir da problemática representacional quando eles se interessam pelas interpretações ideologizantes<sup>20</sup>. Também merece mencionar aqui a tentativa de J.P. Bronckart da Universidade de Genebra que consiste em ligar aspectos «cognitivos» da aprendizagem com uma teoria dos gêneros dentro de uma perspectiva interdiscursiva (Vygotsky).

Notem que eu não procurei classificar os trabalhos de quem se encontra presente neste colóquio. Eu não quero cometer a injúria de obrigá-los a se reconhecer dentro de uma ou outra das problemáticas, e, aliás, eles são melhor situados do que eu para falar de seus trabalhos. Eu lhes deixo portanto este espaço de liberdade.

Enfim, eu deveria talvez dizer onde eu próprio me situo. Eu não vou, para tanto, fazer uma segunda conferência, mas me contentarei em resumir minha posição declarando, de forma cavalheira, que segundo meus objetivos de análise, eu me sirvo das três problemáticas: em primeiro lugar, da problemática comunicativa, já que eu abordo

sempre os fatos de discurso menos por suas marcas lingüísticas que por suas condições situacionais de produção (é aqui onde eu situo meu «contrato de comunicação»<sup>21</sup>) ; em seguida, sirvo-me da problemática representacional, já que meu trabalho sobre o reconhecimento das estratégias discursivas deve resultar na descrição do que eu denomino os «imaginários sociodiscursivos» de base ; enfim, é importante que isto seja descrito com as categorias que eu chamo de «semiolingüísticas», o que implica que eu considere o que me propõem os estudos que se situam na problemática cognitiva. Mas, no que diz respeito a esse último empréstimo, quem pode rejeitar em uma lingüística do discurso a utilização desse gênero de categorias?<sup>22</sup>

Como podem ver, a posição do lingüista do discurso não é nada confortável. Digamos que ela é exigente, pois não se pode analisar um discurso sem operar com categorias que possuem um certo valor generalizante, sem se interrogar sobre a base praxeológica e situacional na qual ele se inscreve, nem se abstendo de tirar deles os ensinamentos de ordem ideológica (no sentido que eu dei a essa noção).

Considerem esta reflexão como um instrumento de trabalho, como um quadro que permite interrogar a posição epistemológica dentro da qual se encontra uma ou outra teoria do discurso, e não, de forma alguma, como uma tipologia fixa e definitiva. Muitos problemas continuam em suspenso, mas eu não poderia tratá-los todos aqui e, ademais, confesso que eu não poderia tratá-los todos.

Perguntaram-me recentemente se eu aceitaria fazer um manual de apresentação da análise do discurso. Eu forneci três respostas :

- a primeira é que já existiam manuais muito bem feitos sobre o assunto;
- a segunda é que se eu fizer um, seria para apresentar esse imenso campo que eu chamo de «lingüística do discurso», para me demarcar da análise do discurso que eu considero muito restritiva pelo fato de ter sido confundida com uma teoria particular (a de Michel Pêcheux) ;
- a terceira coisa que eu respondi ao editor, que demonstrou aliás um grande interesse pelo meu projeto, é que atualmente eu não me sentia capaz de fazê-lo. Meu editor ficou desolado

e, além disso, nesse dia, ele não me convidou para almoçar (e Deus sabe que as refeições dos editores são feitas sempre em excelentes restaurantes !).

Mas eu estava em paz com minha alma (e Deus, ou o Diabo, sabe que é preciso desconfiar dela !).

Agora, na minha opinião, nos anos próximos, a pesquisa sobre o discurso, qualquer que seja sua forma, deveria ser, dentro das ciências da linguagem, a perspectiva mais importante dado que abranje tanto aspectos empíricos como cognitivos e representacional da comunicação humana.

*Anexo 1*

### As diferentes problemáticas

	COGNITIVA	COMUNICATIVA	REPRESENTACIONAL
OBJETO	- mecanismos - categorias	- empírico - situação de comunicação	- representações socio-discursivas - interpretativa
SUJEITO	- cognitivo - operador de articulações discursivas	- identidades - intersubjetividade	- ativo/passivo - "isso" ideologia - "isso" doxa
CORPUS	- aleatório - contexto lingüístico	- texto-situação - comparação	- transversal - texto-arquivo - signo-sintoma

### NOTAS

- <sup>1</sup>- Texto traduzido por Wander Emediato de Souza
- <sup>2</sup>- *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, Paris : Hachette, 1976.
- <sup>3</sup> Ver *Langages*, n. 100, Paris : Larousse, déc. 1990.
- <sup>4</sup>- Ver *Psychologie française*, n. 36-2. Paris : Dunod, 1991 ; particularmente «Les modèles de compréhension basés sur les structures de connaissance».
- <sup>5</sup>- CHAROLLES, M. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue française*, n. 38, Paris : Larousse, 1978. HALLIDAY, M.A.K., HASAN, R. *Cohesion in English*. London : Longman, 1976. VAN DIJK, T.A., KINTSCH, W. *Strategies of discourse Comprehension*. New York : Academic Press, 1983.

- <sup>6</sup>- « discurso : a forma na qual a língua é explorada e organizada para adquirir sentido em circunstâncias de uso », *Discursos de indagación y condiciones de pertinencia*, Discurso. n. 13, Mexico : 1992.
- <sup>7</sup>- op. cit., p. 4.
- <sup>8</sup>- SEARLE, J.R., *L'intentionnalité*. Paris : Ed. de Minuit, 1983.
- <sup>9</sup>- Tanto para o estruturalismo saussuriano como para o gerativismo chomskiano
- <sup>10</sup>- *Communications*, n. 8, Paris : Le Seuil.
- <sup>11</sup> «Remontons de Foucault à Spinoza» (1977), in *L'inquiétude du discours* Paris : Ed. des Cendres, 1990.
- <sup>12</sup> Tanto na pesquisa norte americana (Schank, Abelson, Kintsch e van Dijk) como na francesa (Denhière, Richard).
- <sup>13</sup> Vejam os trabalhos anglo-saxônicos de Sydney (Halliday) e Birmingham (Coulthard).
- <sup>14</sup>- *Questions de méthode*. Paris : Gallimard , 1986 ( 1 éd. 1960 ).
- <sup>15</sup> Desse ponto de vista, tudo pode ser chamado modelo de «representação mental». Alguns, todavia, seriam de forma e outros de conteúdo.
- <sup>16</sup> S. Bonnafous e o grupo de Saint-Cloud.
- <sup>17</sup>- « Mise au point et perspectives à propos de l'Analyse du Discours », *Langage*, n. 37, Paris : Larousse, 1975. O trabalho de J. Authier-Revuz, ao contrário, possui uma dupla associação: quando esta descreve os mecanismos da « heterogeneidade constitutiva et da heterogeneidade mostrada », ela se associa à problemática de categorias, mas, quando passa a interpretação dos mesmos, ela situa-se em uma problemática ideologizante.
- <sup>18</sup> Na França, o grupo de pesquisa « Linguagem e trabalho » ( Gardin, Boutet)
- <sup>19</sup> Como nós fizemos no CAD ao analisar os debates e talk shows. Vejam CHARAUDEAU, P. (ed.). *La télévision. Les débats culturels. Apostrophes* Paris : Didier Erudition, 1991. CHARAUDEAU, P., GHIGLIONE, R. *La parole confisquée. Un genre télévisuel : le talk show*. Paris : Dunod, 1997.
- <sup>20</sup> De todo modo, o problema do que se chama «análise da conversação» está em saber se pertence a uma problemática interacional ou discursiva.
- <sup>21</sup> Veja-se *Le discours d'information médiatique*. Paris : Nathan-Ina, 1997.
- <sup>22</sup> O percurso de um van Dijk é representativo, para mim, dessa preocupação entre o texto, as categorias cognitivas e a ideologia.